

107 Acervo do regime levou 4 anos para ser organizado

Equipe técnica dividiu todos os textos de acordo com o grau de sigilo de cada informação

BRASÍLIA – A equipe técnica do Arquivo Nacional precisou de quatro anos para organizar e catalogar as centenas de documentos secretos do Ministério da Justiça durante o período do regime militar. Se todas as latas onde os papéis foram guardados fossem postas lado a lado, ocupariam uma extensão de 60 metros.

O acervo tem, na maioria, documentos relativos ao período em que o ministério foi dirigido por Alfredo Buzaid (1969 a 1974) e Armando Falcão (1974 a 1979). Mas há documentos importantes também do período do ministro Luís Antônio da Gama e Silva (1967 a 1969), sobretudo tratando de pedidos de cassação de mandatos e perda de direitos políticos, logo depois da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Uma pequena parte do material é composta por despachos internos do ministério feitos durante a administração de Ibrahim Abi-Ackel (1980 a 1985).

Todos os documentos foram divididos conforme o grau de sigilo de cada informação. Essa triagem foi feita pela Coordenação de Gestão de Documentos, que cuidou do inventário do Fundo de Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Todos os documentos que não tiveram a divulgação liberada sem restrição foram separados em três graus de sigilo: reservado, confidencial e secreto.

Um decreto do governo, assinado em acordo com representantes das Forças Armadas, proíbe a divulgação de documentos classificados como secretos durante 40 anos, a partir da data de elaboração – o material produzido até 1958, por exemplo, já poderia ser consultado. Os documentos considerados confidenciais têm embargo de 20 anos – de 1978 para trás podem ser divulgados. E os documentos reservados têm restrição de 10 anos (até 1988). Todos os documentos originais ficam sob a guarda da Comissão Permanente de Acesso do Arquivo Nacional, segundo acordo estabelecido pelo Decreto 2.134/97. O Estado teve acesso ao material inédito depois de receber a autorização do ministro da Justiça, Íris Rezende, ele mesmo um dos políticos cassados pelo governo militar.

Leia amanhã

O que o SNI pensava sobre o hoje líder sem-terra João Pedro Stédile